

Projetos: Vereadores discutem insalubridade e aumento salarial

16/08/2011

Na reunião ordinária dessa terça-feira (16), houve discussão e votação de cinco projetos. O primeiro que levantou discussões entre os vereadores foi o projeto de lei de nº 059/2011, de autoria do Prefeito Municipal, dispondo a regulamentação da concessão do adicional de insalubridade aos servidores públicos do Município de Viçosa.

O primeiro a se pronunciar a respeito foi o vereador Marcos Nunes (PT), dizendo que esse projeto visa corrigir uma questão que vem se arrastando há algum tempo. “Está vindo para essa Casa, um problema do executivo”, comentou. Como sugestão, propôs que se fizesse vista ou que fosse votado e verificado posteriormente o que está acontecendo no município.

O vereador Marcos Arlindo Pereira (PV) sugeriu que se fizesse a primeira votação para que nenhum funcionário fosse prejudicado. “Pelo que me parece o prefeito quer corrigir erros, vamos fazer a primeira votação e na próxima semana votaremos novamente”, sugeriu.

O presidente da Casa, Dr. João Batista Teixeira (PR), confirmou que realmente houve falhas na instalação quando o projeto foi instituído na prefeitura. Segundo ele, há diferenças entre as porcentagens de funcionários na mesma área e que quanto mais tempo ficar assim, mais tempo os cofres públicos serão esvaziados. “Vamos fazer a primeira votação e sentar e analisar conjuntamente o processo. Tem que ser corrigido para quem está ganhando a mais e a menos. Peço aos colegas que façamos a votação e se não chegarmos ao consenso, semana que vem pedimos vista”, propôs.

O projeto foi votado e aprovado em primeira votação, por unanimidade.

Outro projeto que gerou discussões foi o de nº 071/2011 formulado pelo Prefeito Municipal, que altera o anexo III da Lei nº 2.127/11. Esse se trata do aumento de 15% na tabela salarial dos profissionais de educação. O vereador Marcos Nunes novamente se pronunciou, expondo a questão do anexo, que não incluiu serviços gerais, a

cantineiros, por exemplo. “Lamento que não seja para todos os profissionais da educação” comentou.

Dr. João Batista Teixeira também falou sobre a situação, dizendo que é de desejo de todos que ocorra melhorias, e caso o projeto fosse vetado os beneficiados não receberiam mais o aumento. “Vamos prejudicar os funcionários que vão ganhar o aumento? Acho que devemos aprovar e começar a luta e ver a viabilidade de proporcionar o mesmo para os outros setores”.

O projeto foi aprovado em segunda votação. O vice-presidente da Casa, e presidente da Comissão de Justiça e Redação, Luis Eduardo Salgado (PDT) pediu a dispensa da 3ª votação pela urgência, o projeto foi aprovado, por unanimidade.